



Presidente **p.3**

“Investir em Portugal é uma escolha racional”



PSD **p.5**

PSD promove um IRS amigo das famílias

POVO LIVRE



nº 1871

15 de Abril de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

ECONOMIA ESTÁ “EM TERRENO DE CRESCIMENTO”



O Primeiro-Ministro recebeu o homólogo francês, Manuel Valls, em Lisboa, dia 10 de Abril

Economia está “em terreno de crescimento”

A economia portuguesa está “em terreno de crescimento”. Desde o primeiro trimestre de 2013 que se assiste a uma inversão da “tendência recessiva”, confirmando-se o “terreno positivo” verificado em 2014. Pedro Passos Coelho proferiu estas declarações durante a conferência de imprensa conjunta com o Primeiro-Ministro francês, Manuel Valls, que recebeu na residência oficial, em Lisboa, dia 10.

O Primeiro-Ministro afirmou ainda que “a estimativa mínima” para o ano corrente “é que o crescimento possa rondar 1,5 ou 1,6 por cento” e que “é previsível que no próximo ano esse crescimento possa chegar pelo menos aos 2 por cento”. Portugal não se encontra “felizmente, perante o dilema de ter de tomar medidas que ponham em causa o crescimento”, acrescentou.

Pedro Passos Coelho lembrou que o Executivo tomou “muitas medidas, ao longo destes anos, para podermos chegar hoje ao ponto em que estamos, que é o ter a nossa economia a crescer”, mas afirmou não ver “nenhuma utilidade em estarmos sempre a regurgitar o que tivemos de fazer para aqui chegar - a não ser para nos recordar o quanto nos custou fazer o trabalho de casa que era indispensável para merecer a confiança dos investidores e também a confiança dos portugueses, como é evidente”.

Respondendo a perguntas de jornalistas, o Primeiro-Ministro garantiu esperar que o Governo grego encontre “medidas que possam oferecer garantias” aos credores e que a União Europeia e o Eurogrupo “mantenham uma posição construtiva”, de forma que se encontre um “desfecho favorável do programa”. Passos Coelho garantiu que não discutiu o assunto com o colega francês, mas que é “uma situação delicada” que importa à zona euro e à União Europeia no seu conjunto. “Eu espero sinceramente que, dentro daquilo que ficou acordado com o Eurogrupo, seja possível ao Governo grego fechar o acordo que existia entre a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) de uma forma favorável”, afirmou Pedro Passos Coelho, acrescentando que “não tem sido fácil, mas não creio que ajude fazer comentários laterais a essas negociações”.



O Primeiro-Ministro garantiu também que as suas afirmações representam “aquilo que se deseja para qualquer país membro: que não atrapalhe e que deseje que as negociações possam correr bem, que é o que todos desejamos”.

Por sua vez, o Primeiro-Ministro francês, numa conferência-encontro com a comunidade empresarial portuguesa, sob o tema “Agir em conjunto para o crescimento europeu”, no Centro Cultural de Belém, reafirmou a intenção francesa de reforçar o seu investimento em Portugal. Valls disse também que “os olhares de fora percebem que o crescimento regressou a Portugal” e que “as perspectivas para 2015 são incentivadoras”. O Primeiro-Ministro francês fez questão de deixar esta mensagem em português, perante uma plateia de vários empresários, onde destacou a importância das relações bilaterais entre os dois países a vários níveis, nomeadamente ao nível do investimento. “Outros [investimentos de França em Portugal] são possíveis nas privatizações

e concessão de serviços públicos. Queremos ter uma presença ainda mais forte de França em Portugal”, frisou Manuel Valls, depois de dar o exemplo da compra da ANA pelo grupo francês VINCI, que classificou como “o maior investimento estrangeiro realizado em Portugal” ou o interesse da Numericable, através da Altice, na Portugal Telecom.

“O desemprego baixou, as exportações aumentaram, as finanças públicas melhoraram, Portugal beneficia da confiança dos investidores, resultados que advêm das reformas e são claramente fruto dos sacrifícios dos portugueses”, declarou Manuel Valls, sublinhando que é preciso “vigilância, vontade e firmeza”.

Na declaração conjunta da reunião entre os dois Primeiros-Ministros é assinalado que os dois países estão “empenhados em ambiciosos programas de reformas, que visam favorecer o crescimento e o emprego”, medidas que “devem também ser acompanhadas por medidas coordenadas ao nível europeu”.

“Investir em Portugal é uma escolha racional”

“Investir em Portugal é uma escolha racional e é o momento adequado”. Para demonstrar esse facto, o Primeiro-Ministro, que participava numa conferência organizada pela AICEP, dia 9, recordou algumas das reformas que o actual Governo tem implementado nos últimos anos, para facilitar e atrair mais investimento, como a reforma do IRC. “Reduzimos a taxa em 2014, 2015 e iremos voltar a fazê-lo em 2016”, frisou o Primeiro-Ministro destacando ainda outros programas como a simplificação da burocracia para investidores. Passos Coelho frisou ainda que ao contrário dos últimos anos, hoje Portugal tem uma economia aberta e o discurso agora também mudou: “Vivemos hoje um clima radicalmente diferente do que há três anos”. Agora o discurso é focado “em como melhorar e crescer de forma sustentada”.

Pedro Passos Coelho acredita que as finanças públicas vão melhorar e ser saudáveis no futuro, outro factor que considera importante para a atracção de investimento externo. Aliás, segundo o governante, “os investidores externos demonstraram mais cedo confiança na economia portuguesa do que os investidores nacionais”. “Uma situação que hoje já se terá alterado: creio que as duas coisas andam agora de mãos dadas”.

Portugal precisa de atrair investimento externo “como de pão para a boca”, para ultrapassar o “défice de capital” existente no país. Durante a apresentação de um programa municipal de apoio ao investimento no concelho de Anadia, sábado, 11 de Abril, o Primeiro-Ministro manifestou ter esperança num crescimento mais sustentado no futuro, tendo em conta a forma como o investimento tem vindo a retomar, sobretudo em 2014 e este ano. “Os dados que vimos observando são encorajadores. A nossa economia começou a retomar no início de 2013 e tem estado consecutivamente em terreno positivo durante todo o ano de 2014 e a perspectiva é que o ano de 2015 seja um ano de crescimento mais significativo”, referiu, adiantando que é esperado o mesmo para os próximos dois anos.

Todavia, para que este crescimento se possa concretizar, o Primeiro-Ministro sublinhou que é preciso “como de pão para a boca de atrair também investimento externo”, afirmando que Portugal “tem défice de capital”. “Os nossos empreendedores têm boas ideias e bons projectos, mas não têm dinheiro. Os nossos empresários precisam de mais capital para poder aumentar a capacidade e poder exportar mais e competir melhor”, prosseguiu.

O Primeiro-Ministro realçou que os empreendedores e empresários têm dependido demasiado do financiamento bancário e defendeu a necessidade de diversificar as fontes de financiamento e de atrair outros capitais e outros investidores. “Sem isso, o nosso ‘stock’ de capital é demasiado limitado e não nos permitirá crescer o suficiente. E isso significa que



temos de ir à procura desses investidores. Temos de criar melhores incentivos, melhores condições para que eles vejam em Portugal uma boa oportunidade para investir”, concluiu.

É preciso continuar a aposta na Educação

Na inauguração do novo centro escolar de Avelãs de Cima, na Anadia, Pedro Passos Coelho afirmou que “muito já foi feito na Educação, mas é preciso continuar a aposta na melhoria da qualidade do sistema educativo”. Passos Coelho aproveitou para criticar “decisões no passado que nem sempre foram as mais adequadas e onde se gastou muito dinheiro”.

A atenção, reiterou, deve agora concentrar-se na rede escolar existente e procurar requalificar o que falta, em parceria com as autarquias, porque os recursos são escassos.

O líder do executivo enalteceu o grande investimento e as mudanças introduzidas na Educação nos últimos anos. Lembrou a generalização da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano, a definição de metas curriculares com avaliação no final de cada ciclo, a obrigatoriedade do ensino do inglês e a aposta em disciplinas nucleares como a Matemática e o Português, e ainda a generalização da rede pré-escolar.

Foi, no entanto, na introdução de mais ofertas vocacionais e profissionalizantes que mais tempo se deteve



durante o seu discurso. “Fizemos muitas coisas e num tempo em que foi difícil. Agora temos de continuar a apostar na qualidade do sistema educativo, e em criar percursos que permitam o acesso a oportunidades profissionais de qualidade, nomeadamente junto dos institutos superiores politécnicos”, disse.

As empresas, segundo o Primeiro-Ministro, podem ser parceiras decisivas nesse processo: “Portugal tinha um défice muito grande nesta área e estamos gradualmente a recuperar. Já temos uma rede superior a 5000 empresas que ao nível do ensino secundário colaboram com as nossas escolas de modo a propiciar uma formação profissionalizante aos alunos”.

No entender de Passos Coelho, é necessário alargar essa rede e “trabalhar melhor em cooperação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional”, para evitar que andem “todos a fazer a mesma coisa e a competir uns com os outros”.



O Primeiro-Ministro nos 631 anos da Batalha dos Atoleiros

Reforma “Defesa 2020” vai mostrar “relevância” das Forças Armadas

O Primeiro-Ministro afirmou, dia 6, que a próxima legislatura deve implicar a consolidação da reforma “Defesa 2020”, o que vai demonstrar a “relevância e indispensabilidade da Defesa Nacional e das suas Forças Armadas”. “Como todas as grandes reformas, também a reforma ‘Defesa 2020’, pela sua abrangência, complexidade e especificidade, deve continuar a ser executada a avaliada”, especificou.

E, continuou Passos Coelho, “a próxima legislatura deve trazer a sua consolidação, o que tornará ainda mais patente diante do país a relevância e a indispensabilidade da defesa nacional e das suas Forças Armadas”.

Aludindo à reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, designada “Defesa 2020”, o Primeiro-Ministro discursava em Fronteira, no distrito de Portalegre, durante as cerimónias dos 631 anos da Batalha dos Atoleiros. Para o Primeiro-Ministro, a reforma “Defesa 2020” teve como objectivo principal concretizar um “modelo sustentável” para as Forças Armadas, sublinhando, no entanto, que foi um processo “complexo e exigente”.

Pedro Passos Coelho explicou que a reforma serviu “em primeiro lugar” para criar uma “reorganização e racionalização” do Ministério da Defesa Nacional e da estrutura superior das Forças Armadas. “Em segundo lugar, na reconfiguração do sistema de forças, no ajustamento de competências e no realinhamento de mecanismos de articulação e coordenação”, disse.

Como terceiro ponto, o chefe de Governo assinalou que a reforma “Defesa 2020” serviu para criar a “racionalização” dos recursos disponíveis, na “optimização” dos meios e capacidades existentes, no “equilíbrio” dos rácios de despesa e no “redimensionamento” do efectivo de pessoal nas Forças Armadas, tendo sido desta forma estabelecido um “novo ciclo” de planeamento de defesa militar.

“Foi assim possível levar a cabo um extenso processo de alteração legislativa que, pela primeira vez em quarenta anos de democracia, reviu por completo e numa só legislatura, todo o sector da Defesa Nacional”, apontou.

De acordo com Passos Coelho, é da “mais elementar justiça” reconhecer publicamente que a Defesa Nacional e as Forças Armadas estão a dar um “contributo muito relevante” para as reformas estruturais do Estado.



A Batalha dos Atoleiros ocorreu a 6 de Abril de 1384, no sítio pantanoso de Atoleiros, entre Fronteira e Sousel. Na Batalha dos Atoleiros, onde se registou uma vitória de Portugal sobre Castela, Nuno Álvares Pereira venceu a cavalaria castelhana, apesar de se apresentar na con-

tenda em menor número, utilizando pela primeira vez a tática do quadrado. Da parte portuguesa não se registaram mortos, nem feridos, ao contrário dos invasores que sofreram pesadas baixas.



PSD promove um IRS amigo das famílias



Marco António Costa afirmou que o PSD no Governo “trouxe um IRS amigo das famílias” ao favorecer quem tem dependentes a cargo e ao devolver às famílias o acréscimo de receita do combate à evasão fiscal. O coordenador do PSD falava na abertura da 8.ª “Universidade Europa”, organizada pelo PSD na Curia, que contou com a presença do líder nacional, dia 10.

O tema da família e das políticas de natalidade foi central na intervenção do vice-presidente do PSD, que salientou o “trabalho importante” já feito em 2015 no plano fiscal. “Podemos afirmar que o Governo do PSD trouxe um IRS amigo das famílias, favorecendo as que têm dependentes a cargo e mesmo quando propôs que em resultado do combate à evasão, seja possível no acerto de contas em 2016, repor parte da sobretaxa do IRS”, disse.

Marco António Costa lembrou que o próprio primeiro-ministro já havia admitido que “se o Estado conseguisse cobrar mais impostos com o combate à evasão fiscal, não iria servir para aumentar a despesa do estado, mas para devolver aos portugueses”.

“Estamos a fazer o caminho de normalização da vida nacional”, comentou, revelando que, “removido o tempo de emergência financeira”, o partido vai propor que “sejam repostos gradualmente na próxima legislatura os 4.º e 5.º escalão de abono de família, que foi o PS que acabou”.

O porta-voz do PSD reforçou a ideia de que o PSD é o partido das famílias, tendo sido o seu líder a trazer para o debate político o problema do desequilíbrio demográfico e que tem propostas concretas para contrariar a baixa natalidade.

“O Parlamento conheceu hoje pelo PSD um conjunto de propostas revolucionárias para o futuro do país, mui-





tas sobre a forma de projecto de lei, que materializam soluções”, disse.

Tornar possível universalidade pré-escolar para crianças a partir dos quatro anos, criar um regime de jornada a meio tempo para funcionários públicos que queiram ficar com os filhos ou netos, com uma redução salarial de apenas 40 por cento, são algumas das propostas.

Marco António Costa referiu também a recomendação ao Governo para estudar medidas activas para a transformação de contratos a prazo em contratos sem prazo, com incentivos a mulheres em idade fértil, bem como a criação de uma rede de amas e Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) que possam oferecer horários diferenciados e mais flexíveis.

Pré-campanha não deve condicionar o trabalho do Parlamento

O vice-presidente declarou também que o Parlamento deve cumprir as suas obrigações até ao fim da legislatura, nomeadamente na escolha do presidente do Conselho Económico e Social.

“A Assembleia da República que cumpra as suas obrigações: se tem um presidente para o Conselho Económico e Social que precisa de escolher, que escolha, que faça o que é sua responsabilidade. Se é preciso terminar relatórios importantes de comissões de inquérito que se termine e se saiba em concreto o que se passou nesses casos”, declarou.

Para Marco António Costa, os tempos da política “deixaram de ser os tempos das campanhas e o tempo das pré-campanhas” e devem ser de responsabilidade. “Quando vemos outros partidos avidamente em pré-campanha, o que sentimos é que ainda há políticos que não perceberam que ainda estamos no tempo de trabalhar. Num ano em que estamos ainda a quatro meses de uma pré-campanha e a cinco meses de uma campanha, o que queremos no PSD que se faça é que os políticos não



crucem os braços e continuem a trabalhar”, comentou.

Nesse sentido, exortou o executivo a “governar e decidir até ao último dia sobre matérias centrais para o futuro do país e que não se ande em hesitações e taticismos, porque essa não é a maneira de pensar do PSD”.

A 8.ª Universidade Europeia teve lugar nos dias 10, 11 e 12 de Abril, no Hotel das Termas da Curia, na Anadia. A sessão de abertura da Universidade “acolheu” as intervenções do vice-presidente coordenador e porta-voz do PSD, Marco António Costa, e do director da Universidade, o eurodeputado Carlos Coelho. O encerramento, no dia 12, contou com uma intervenção do primeiro

vice-presidente do PSD, Jorge Moreira da Silva, e do presidente da JSD, Simão Ribeiro. Durante três dias, mais de 70 jovens seleccionados entre cerca de 150 candidatos, receberam formação sobre política europeia. Estiveram em debate temas, tais como “Os desafios da Europa de hoje”, “A Europa fala aos Jovens”, “Quem paga a EU” e “Combater o Desemprego”, entre outros. Trata-se de uma iniciativa conjunta do Grupo Europeu do PSD (Grupo Parlamentar do PSD no Parlamento Europeu), do Partido Social Democrata (PSD), da Juventude Social Democrata (JSD), do Instituto Francisco Sá Carneiro e do Partido Popular Europeu (PPE).

PS tem “medo reverencial do voto dos emigrantes”



O vice-presidente do PSD, Marco António Costa, acusou o PS de ter “um medo reverencial do voto dos emigrantes” durante a reunião anual, em Paris, das estruturas sociais-democratas da emigração na Europa, dia 12. “Sabemos que o Partido Socialista teme o voto dos emigrantes. O Partido Socialista tem um medo reverencial do voto dos emigrantes”, declarou à Lusa Marco António Costa, acrescentando que “o PS tem sido sempre um obstáculo a uma atitude mais disponível de criar condições para uma maior participação da emigração nos actos eleitorais”.

O porta-voz do PSD acrescentou que os socialistas “não querem que a emigração participe mais activamente porque provavelmente têm medo de perder o único deputado que têm e ficarem os quatro deputados eleitos pelo PSD”, numa referência aos parlamentares eleitos pelo círculo da emigração.

O dirigente social-democrata acusou ainda a “nova direcção do PS” de passar “mais tempo a gerir as crises internas do que a falar para fora, para os portugueses”. “Nunca nos esquecemos dos emigrantes. Hoje é assumido com grande clareza que os governos do PSD dão sempre uma grande importância à nossa emigração e à nossa diáspora”, contrapôs Marco António Costa, exemplificando com “a valorização do ensino do português no estrangeiro” e “as permanências consulares”.

A reunião dos dirigentes sociais-democratas portugueses realizou-se na sede do Partido UMP, liderado pelo ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, com Marco António Costa a sublinhar a “extrema importância” do encontro e “o papel relevantíssimo” dos representantes sociais-democratas para “dar voz à diáspora” e lamentando “não haver mais participação” dos emigrantes nas eleições portuguesas.

“Foi uma reunião de prestação de contas e também

para perspectivar aquilo que será o processo político que nos levará até às eleições legislativas de Outubro”, continuou Marco António Costa, destacando ainda que foram ouvidas as “preocupações” dos emigrantes através dos dirigentes locais do PSD.

“Recebi queixas muito significativas da falta de qualidade que a RTP Internacional tem. Apresenta um país ‘démodé’, um país do século passado. Infelizmente, a RTP Internacional não está a prestar um serviço adequado aos interesses da nossa comunidade. É uma das matérias em que o Estado português falhou”, afirmou

o dirigente, quando questionado sobre a insatisfação dos emigrantes.

A reunião contou também com a presença do secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, e do deputado eleito pelo círculo da Europa, Carlos Gonçalves. José Cesário afirmou à Lusa que “até ao verão deverá haver uma ideia mais precisa dos valores que estão em causa” relativamente ao “Programa VEM” - Valorização do Empreendedorismo Emigrante - previsto no Plano Estratégico para as Migrações.



“Governamos com responsabilidade”

O secretário-geral participou, dia 10 de Abril de 2015, num jantar comemorativo dos 40 anos da Distrital do PSD de Leiria e, perante um grande número de militantes e simpatizantes sociais-democratas, começou por referir que “o PSD foi, é e será sempre, o partido mais português de Portugal”. José Matos Rosa assinalou a importância das comemorações dos “40 anos de Democracia, 40 anos de PSD”: “Estamos a partilhar as memórias dos nossos combates colectivos pela defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses em momentos de enormes dificuldades. Estamos a partilhar memórias porque é aprendendo com o passado que podemos tomar melhores decisões para o futuro”, disse.

Referindo-se à situação política nacional, José Matos Rosa declarou que o Governo liderado por Pedro Passos Coelho resgatou “a soberania financeira de Portugal” e recuperou “a credibilidade internacional do nosso país”. “Conseguimos fazê-lo protegendo os sectores mais vulneráveis da nossa sociedade”, disse, questionando: “Somos ou não somos sociais-democratas, por governar com responsabilidade?”.

Num discurso perante 600 pessoas, José Matos Rosa também relembrou que foi o actual Executivo que aumentou o salário mínimo nacional. “O salário mínimo nacional não era aumentado há vários anos como consequência directa da governação do Partido Socialista. Três anos depois, esta maioria descongelou o salário mínimo nacional e procedeu à sua actualização”.

O antigo líder do PSD, Pedro Santana Lopes rejeitou uma “coligação por obrigação” para as eleições legislativas, considerando que “dá mau resultado”. “Os partidos só se devem coligar numa situação: terem a convicção de que é isso o melhor para o interesse nacional, terem convicção, terem entusiasmo e saberem qual é o projecto que vão desenvolver na próxima legislatura. Coligação por obrigação nunca, dá mau resultado”, afirmou Pedro Santana Lopes.

O antigo presidente social-democrata recordou que “Sá Carneiro fez a AD [Aliança Democrática] quando quase ninguém a queria, em 1979”. “Foi feita, não com muitos meses de antecedência, em cima da hora. Não estou a comparar situações, a História nunca se repete. Agora ninguém está fatalisticamente condenado a coligar-se”, declarou.

Para Santana Lopes, “optar pelo mal menor, optar taticamente, perdendo a dimensão estratégica, perdendo a luz do interesse nacional dá sempre mau resultado”. “E, portanto, nós temos que saber muito bem sempre aquilo que queremos. Soubemos o que quisemos fazer nestes quatro anos. Pergunto, temos a certeza que sabemos o que queremos fazer nos próximos quatro?”, questionou.

Para Santana Lopes, “se é muito difícil ser Primeiro-Ministro em tempo de vacas magras, também não é fácil ser Presidente da República quando o Presidente não se põe contra o Governo que está em funções”. “Porque é muito fácil para se ser popular estar em Belém (...) e esperar a desgraça dos governos”, concluiu.

Matos Rosa em Paredes de Coura: “Ser militante social-democrata é não procurar falsos protagonismos”



Em Paredes de Coura, distrito de Viana do Castelo, dia 11, na apresentação pública da nova Comissão Política de Secção do PSD local, José Matos Rosa afirmou que “o PSD muito deve aos seus militantes”. “A grandeza do nosso Partido resulta, em muito, da generosidade e determinação dos militantes. Das mulheres e homens que, ao longo de quatro décadas, têm estado com o Partido, em todos os momentos, em especial nas etapas mais

decisivas da história democrática de Portugal”, disse.

O secretário-geral elogiou, ainda, o papel dos autarcas do PSD. “É entre os autarcas e os militantes de base que sinto a genuína militância do PSD, a militância pura, a militância de quem não procura falsos protagonismos. Esta é a militância de quem está na linha de frente, em contacto permanente com as pessoas”.

“Portugal merece melhor do que governação socialista”

O vice-presidente do PSD defende que Portugal “não pode ter os socialistas a governar”, porque “merece melhor”, referindo que os portugueses têm de escolher entre o passado com o PS e o futuro com PSD/CDS-PP. “Portugal merece melhor”, o que “significa que não pode ter os socialistas a governar”, afirmou José Matos Correia, num encontro comemorativo dos 40 anos da distrital de Beja do PSD, no passado sábado.

De acordo com José Matos Correia, “o futuro joga-se nas próximas legislativas, a escolha que temos para fazer é clara e simples, é a escolha entre o passado [PS] e o futuro [PSD/CDS-PP]”. “Entre aqueles [socialistas] que conduziram o país à situação que herdámos há quatro anos e aqueles que no Governo hoje em coligação, o PSD e o CDS-PP, com todas as dificuldades que tiveram de enfrentar e com todos os problemas que tiveram para resolver se submeterão daqui a alguns meses a um julgamento dos portugueses com a consciência do trabalho feito”, explicou.

José Matos Correia questionou: “O que é que queremos para Portugal? Queremos continuar este rumo, um país que é capaz de dar aos seus filhos e netos um futuro promissor ou queremos que o país volte para as mãos daquele que foi o número dois do Governo de José Sócrates e depois, mesmo fora do governo, foi número dois político do PS”, ou seja, o secretário-geral do PS e candidato dos socialistas a Primeiro-Ministro, António Costa.



“O desemprego baixou, as exportações aumentaram, as finanças públicas melhoraram, Portugal beneficia da confiança dos investidores, resultados que advêm das reformas e são claramente fruto dos sacrifícios dos portugueses. Quem disse isto não foi [o Primeiro-Ministro] Pedro Passos Coelho, foi um senhor chamado Manuel Valls, Primeiro-Ministro francês, socialista”, frisou o vice-presidente do PSD.

Segundo José Matos Correia, “a verdade de Portugal é esta, não é aquilo que os nossos [do PSD] detractores dizem, não é aquilo que os socialistas, que são os nossos principais adversários, dizem, esquecendo-se que ao criticarem aquilo que foi feito nestes anos estão a criticar os portugueses, porque se hoje chegámos onde chegámos é porque os portugueses sofreram o que sofreram

e conseguiram lutar para ultrapassar as dificuldades que herdámos”.

Por isso, “a vitória” nas próximas eleições legislativas “está ao alcance” do PSD e “nas mãos dos militantes e simpatizantes” sociais-democratas, rematou.

Neste encontro, Marcelo Rebelo de Sousa referiu que “o futuro começa daqui a cinco meses”, quando “é preciso que o futuro comece, neste caso que recomeça na sequência da obra realizada [pelo PSD]”. “O país, como disse Matos Correia, não pode voltar ao passado, não pode ficar preso à ideia de que só uns são os donos disto, os donos disto são as portuguesas e os portugueses”, afirmou o também antigo líder do PSD.

Finalizar o mercado europeu

O comissário europeu da Investigação, Ciência e Inovação, Carlos Moedas, entende que o grande desafio que se coloca à Europa é ser capaz de finalizar o verdadeiro mercado interno. Carlos Moedas, que foi o orador convidado do primeiro jantar-debate da 8.ª “Universidade Europa”, dia 10, na Curia, considerou que as ideias inovadoras estão na Europa, mas deparam ainda com múltiplas barreiras no espaço comunitário para a sua concretização. “O grande desafio que se coloca à Europa é a finalização do verdadeiro mercado interno e daí as reformas estruturais de que se fala tanto, que é a capacidade dos países fazerem reformas para que as barreiras sejam ultrapassadas e consigamos construir em ritmo acelerado mais empresas”, afirmou.

Carlos Moedas salientou que “as empresas, hoje em dia, precisam de velocidade e de escala”, factores cruciais para a criação de riqueza, que não se compadecem com a fragmentação europeia. “Se temos 28 mercados de trabalho diferentes, 28 mercados de produto diferentes, criamos barreiras e uma fragmentação a essas empresas. O que acontece muitas vezes é que as ideias estão na Europa, mas depois vão ser desenvolvidas nos Estados Unidos”, observou.

Na perspectiva do comissário europeu, é pouco estimulante para as empresas inovadoras a realidade europeia, “quando começam a perceber que vão ter de desenvolver em vários mercados, diferentes produtos, em línguas diferentes, com metodologias e regulações muitas vezes diferentes”.

Carlos Moedas referiu também que a principal dificuldade em captar investimento para a inovação e ciência na Europa não vem tanto do sector público, mas muito mais do sector privado, porque “as empresas sentem esse tipo de barreiras”.

O novo Plano de Investimento para a Europa (Plano Juncker), de acordo com a convicção que Carlos Moedas deixou ao auditório, vai ser capaz de atrair mais dinheiro para a ciência e inovação porque dá às empresas que investirem na Europa uma garantia europeia, sendo que “a Europa tem de continuar a fazer as suas reformas”.



TSD promoveram conferência sobre os transportes

Uma conferência, realizada dia 13 de Abril, no Porto, subordinada ao tema “As Reformas nos Transportes, Infra-estruturas e Comunicações”, teve como orador principal o secretário de Estado das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Monteiro. Promovida pela distrital dos Trabalhadores Social Democratas do Porto, esta iniciativa teve o apoio da Secção Laboral dos Transportes e da Secção Laboral dos Correios e Telecomunicações, representada pelos seus presidentes, Paulo Ferreira e Manuel Fonseca, respectivamente. O painel incluía, além do secretário de Estado das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Monteiro, o presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto, Manuel Pereira Gomes, o vice-presidente da Comissão Política Distrital do PSD do Porto, Firmino Pereira, o secretário-geral dos TSD, Pedro Roque, e a primeira vice-presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto, Carla Barros. Marcaram presença mais de duas centenas de pessoas.



A prevenção está no centro das preocupações em matéria de saúde

A promoção da saúde e a prevenção das doenças têm estado na primeira linha das preocupações do Governo que tem tido iniciativas multissetoriais que envolvem a Agricultura, a Educação, o Desporto, a Economia e a Administração Local além da Saúde. Foram criados nove Programas Prioritários de Saúde Pública (Diabetes, Alimentação Saudável, Saúde Mental, Resistência a Antibacterianos, HIV/SIDA, Prevenção e Controlo do Tabagismo, Doenças Cardíacas e Vasculares, Cancro e Doenças Respiratórias) que têm múltiplas medidas e apresentam Relatórios anuais, garantindo uma disponibilização de dados nunca antes feita em Portugal. Em todos eles há resultados positivos que reflectem os efeitos das políticas públicas entretanto implementadas.

Em comunicado, o ministério da Saúde refere que a decisão de efectuar a administração gratuita de vacina contra a gripe sazonal aos idosos já permitiu que se ultrapassasse a quota de 60 por cento de idosos vacinados anualmente contra a Gripe. Desde há vários anos dezenas de milhares de crianças têm sido vacinadas contra a infecção por pneumococo. O Governo irá garantir a equidade do acesso a esta vacina através de uma comparticipação modelada e adaptada à protecção das crianças das famílias mais desfavorecidas.

O Governo vai apreciar brevemente uma alteração ao Decreto-Lei que regula a venda de álcool a menores, aproximando-a da legislação da maioria da Europa procurando impedir o acesso de todas as bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. Este Governo reviu os limites legais para condução sob influência de álcool de forma a continuar a sua política de prevenção de acidentes rodoviários.

No âmbito da prevenção do tabagismo, o Governo está a ultimar uma Proposta de Lei de transposição da Directiva Europeia mais recente, além de outras medidas, em que a protecção dos fumadores, das crianças e dos trabalhadores será fortalecida. A prossecução de intervenções para a diminuição do tabagismo será desenvolvida, de forma faseada, tendo também em consideração os equilíbrios que permitam garantir a sua aplicabilidade e os resultados desejados, nomeadamente a informação aos consumidores sem que isso prejudique o combate ao contrabando e à contrafacção de produtos com tabaco.

No campo da alimentação, vai ser lançado o Inquérito Alimentar Nacional que não é feito há mais de 25 anos. Foi durante o exercício deste Governo que a Dieta Mediterrânica ganhou estatuto de Património Imaterial da Humanidade. Foram desenvolvidos e apresentados manuais para receitas económicas e saudáveis. Apresentou-se informação sobre produtos saudáveis nacionais cujo consumo tem sido incentivado. Fez-se regulamentação sobre mercados locais para produtos tradicionais.

Desenvolvemos parcerias e compromissos com a Indústria Alimentar sobre Alimentação, Actividade Física e Saúde, Publicidade e Marketing dirigidos a crianças, informação ao consumidor sobre géneros alimentícios e reformulação nutricional e informação aos consumidores, incluindo um código de auto-regulação em matéria de comunicação comercial de alimentos e bebidas dirigida a crianças. Em termos de acção escolar, na área da alimentação, foram produzidos manuais para bufetes escolares, orientações sobre ementas e refeitórios escolares, um livro de educação alimentar em meio escolar e um manual para uma alimentação saudável em jardins de infância. O Governo elaborou um conjunto lato de políticas de juventude com uma dimensão intersectorial ímpar que estão estruturadas nas orientações estratégicas de intervenção para a política da juventude de 2013. Nelas, a saúde tem uma dimensão muito significativa.

O Governo iniciou um programa de ensino de suporte básico de vida nas escolas que se entronca no programa de disponibilização de desfibriladores automáticos externos em locais de grande afluência de público, como



centros comerciais, estádios, estações de caminho-de-ferro e aeroportos.

Alterámos a legislação de forma a incluir as operações essenciais de saúde pública nas funções dos médicos de saúde pública. No campo das ferramentas epidemiológicas, criou-se um novo regulamento de notificação obrigatória, "on line", de doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública (SINAVE). Criámos um sistema electrónico e "on time" de notificação de óbitos, o SICO.

Ministro da Saúde admite incluir vacina pneumocócica no Plano Nacional de Vacinação

O ministro da Saúde admite a possibilidade de a vacina pneumocócica Prevenar vir a constar do Plano Nacional de Vacinação (PNV), o que teria custos na ordem dos 12 milhões de euros anuais. "Ainda pode acontecer", revelou Paulo Macedo aos jornalistas no final da cerimónia da tomada de posse da nova direcção da Inspeção Geral das Actividades em Saúde (IGAS), liderada por Leonor Furtado, dia 13.

Questionado pelos jornalistas sobre o recente anúncio de que o Estado vai comparticipar a vacina Prevenar (contra a pneumonia, meningite e septicémia), disponibilizando uma verba de seis milhões de euros até fim do ano para apoiar famílias mais necessitadas, Paulo Macedo remeteu para final do mês mais detalhes. Actualmente, disse, são administradas mais de cem mil doses anuais, pagas pelas famílias. O Governo está a ponderar uma comparticipação que possa abranger mais crianças vacinadas através do serviço nacional de saúde, o que "dá um conjunto muito alargado de crianças vacinadas".

A forma como esta comparticipação será feita dependerá das negociações em curso com os laboratórios responsáveis pela vacina.

Na cerimónia da tomada de posse da nova inspeccora-geral da IGAS, Paulo Macedo enalteceu a importância deste organismo, nomeadamente em áreas como o combate à fraude.

Na sua intervenção, Leonor Furtado disse que a acção da IGAS deve assentar em dois princípios: "protecção das pessoas, por respeito dos direitos humanos, e defesa do interesse público, visando a utilização dos recursos públicos".



Conselho de Ministros de 9 de Abril de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou as bases de concessão de seis concessões rodoviárias como parte integrante do processo de renegociação das parcerias público-privadas no âmbito das infra-estruturas rodoviárias, renegociação que, no seu conjunto, representa para o Estado Português (ao contribuinte) uma poupança superior a 7,2 mil milhões de euros.

Tratou-se de um processo de enorme complexidade, envolvendo numerosas entidades nacionais e internacionais, e de grande relevância no ajustamento das contas públicas e no controlo da dívida, aliviando muito significativamente os contribuintes portugueses de encargos futuros.

Nesse sentido, o Conselho de Ministros aprovou a alteração de um conjunto de diplomas relativos a concessões no âmbito das infra-estruturas rodoviárias, que passamos a referir:

- As bases da concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada, e conjuntos viários associados, designada por Interior Norte;

- Atribuição à sociedade Lusoscut – Auto-estradas das Beiras Litoral e Alta, S. A., da concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estradas e conjuntos viários associados, designados por Beira Litoral/Beira Alta;

- As bases da concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada, e conjuntos viários associados, designada por Costa de Prata;

- Atribuição ao consórcio AENOR – Auto-estradas do Norte, S.A., da concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada, e conjuntos viários associados, na zona norte de Portugal;

- As bases da concessão da concepção, projecto, construção, aumento do número de vias, financiamento, manutenção e exploração dos lanços de auto-estrada, e conjuntos viários associados, designada por Grande Lisboa;

- As bases da concessão da concepção, projecto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados, designada por concessão SCUT do Grande Porto.

Os processos serão, no final, remetidos para o Tribunal de Contas para obtenção de visto prévio.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2015-2017, em cumprimento da Lei-Quadro da Política Criminal, estabelecendo três áreas prioritárias.

Assim, considerando o disposto na Lei-Quadro, impõe-se priorizar a prevenção e investigação do terrorismo e dos crimes que constituem séria ameaça à subsistência do Estado de Direito democrático e aos direitos liberdades e garantias dos cidadãos.

Consideram-se igualmente prioritários, pela importância fundamental dos direitos atingidos e a elevada incidência, os crimes de tráfico de órgãos e de pessoas, violência doméstica e crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, justificando-se plenamente a sua integração no elenco de crimes de prevenção e investigação prioritárias, bem como a previsão da criação de programas especiais destinados à prevenção da reincidência no âmbito dos últimos crimes referidos.

Por último, os crimes de corrupção, branqueamento de capitais e crimes fiscais e contra a segurança social, porque atentam contra o regular funcionamento do Estado e a sua estabilidade financeira devem de igual constituir crimes de prevenção e investigação prioritários.

Pela sua relevância, elenca-se ainda os crimes de incêndio florestal, os crimes ambientais e a cibercriminalidade.

3. O Conselho de Ministros aprovou a criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal e do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.

No primeiro caso, são agregados 4 sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e é feita a fusão de 4 entidades gestoras, constituindo-se a sociedade Águas do Norte, S.A..

No segundo caso, é constituída a sociedade Águas do Centro Litoral, S.A., que agrega 3 sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e faz a fusão de 3 entidades gestoras.

Por último, é criada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., que resulta da agregação de 8 sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e da fusão de 8 entidades gestoras.

Estes três processos de reestruturação permitem assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante das especificidades dos diferentes sistemas e regiões do país, aumentar a eficiência dos sistemas de águas e águas residuais urbanas com redução dos custos associados, garantir a disponibilidade dos meios financeiros para o investimento em infra-estruturas e garantir a sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras com rigor e transparência na fixação das tarifas.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei relativa à antidopagem no desporto, adoptando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem.

Esta proposta de lei mantém grande parte das regras que constam do actual regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto e apresenta soluções inovadoras e harmonizadas com o Código Mundial Antidopagem de 2015.

Em conformidade com o Código Mundial Antidopagem, o novo regime introduz o conceito de passaporte biológico do praticante desportivo como meio de recolha de dados susceptível de demonstrar o uso de uma substância proibida ou de um método proibido.

A Autoridade Antidopagem de Portugal pode, no novo regime, aceder, recolher, conservar e proceder à transferência, transmissão ou comunicação de dados através da ferramenta informática internacional ADAMS (Anti-Doping Administration and Management System), conforme recomendação prevista nas normas internacionais da Agência Mundial Antidopagem, sempre em pleno respeito pelos limites constitucionalmente consagrados.

Também em matéria de prova da dopagem e do regime sancionatório são introduzidas alterações significativas visando a harmonização das regras de combate à dopagem, prevendo-se, por exemplo, que o prazo de prescrição do procedimento contra-ordenacional e disciplinar passe de 8 para 10 anos.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que cria o Inventário Nacional dos Profissionais de Saúde, cabendo à Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., a responsabilidade de assegurar a sua gestão e actualização.

A criação do Inventário Nacional dos Profissionais de Saúde tem em vista identificar todos os profissionais de saúde e as futuras necessidades, de forma a planear eficazmente as respectivas respostas.

Assim, proceder-se-á a uma actualização anual desse Inventário, considerando a especialidade, a idade, a região, as unidades e serviços de cuidados primários de saúde e de cuidados hospitalares, seja no sector público, privado ou social.

6. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que procede à fusão, por incorporação, da EP Estradas de Portugal, S.A., na REFER Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., denominando a nova empresa Infra-estruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.).

A fusão destas empresas permite alcançar dois grandes objectivos estratégicos: a gestão integrada das redes ferroviária e rodoviária, potenciando a intermodalidade e a complementaridade e o aproveitamento das sinergias, reduzindo encargos de funcionamento ao nível operacional; e um modelo de negócio financeiramente sustentável que desonera os contribuintes.

As acções representativas da totalidade do capital social da IP, S.A., que é de 255,835 milhões de euros, pertencem ao Estado e são detidas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

7. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de alteração da Lei de Bases da Protecção Civil.

Esta proposta visa manter as Bases actualizadas e adaptadas à realidade, sendo identificados e definidos os diferentes agentes e competências, quer de planeamento quer na vertente de execução e coordenação operacional.

Destaca-se a introdução de uma relação de subsidiariedade entre os diversos actos de declaração de alerta, contingência e calamidade.

É também reforçado o conceito de estrutura de coordenação política das Comissões de Protecção Civil, sendo ainda clarificada a distinção de competências entre os agentes de protecção civil e as entidades com dever de cooperação.

Finalmente, é criado um enquadramento específico para os espaços sob jurisdição da Autoridade Marítima.

8. O Conselho de Ministros aprovou, na sequência da revisão da lei pela Assembleia da República, as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA).

Procura-se, nomeadamente, clarificar o conceito de compromisso plurianual de forma a englobar os compromissos que são assumidos num ano, gerando obrigação de pagamento no ano ou anos seguintes, bem como incluir os activos e passivos financeiros no conceito de fundos disponíveis e aumentar o montante e o prazo para a assunção dos encargos relativos a despesas urgentes e inadiáveis.

Refira-se que as alterações agora introduzidas tiveram em consideração as recomendações efectuadas pelo grupo de trabalho que procedeu à avaliação dos impactos decorrentes da aplicação da LCPA.

9. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do diploma que transpõe uma directiva da União Europeia relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos suplementos alimentares.

Esta alteração destina-se a contemplar regulamentos da União Europeia, sendo criadas regras sobre a notificação de um suplemento alimentar, aquando da sua comercialização, e definidas as obrigações dos operadores económicos.

10. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico de colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie *Pinus pinea* L. (pinheiro-manso) no território do Continente.

Este regime vem colmatar a falta de informação sobre a produção e comercialização da pinha de pinheiro-manso, essencial ao fomento da fileira, à prevenção e resposta aos riscos sanitários emergentes para a espécie em Portugal, considerada a sua importância para o desenvolvimento socioeconómico dos territórios rurais.

11. O Conselho de Ministros aprovou o Protocolo, assinado entre a República Portuguesa e o Conselho de Ministros da República da Albânia, relativo à aplicação do Acordo de Readmissão entre a Comunidade Europeia e a República da Albânia.

O acordo destina-se a facilitar, numa base de reciprocidade, procedimentos rápidos e eficazes de identificação e repatriamento de pessoas que não preenchem, ou deixaram de preencher, as condições legais em vigor para a entrada ou permanência nos territórios das Partes.

PSD admite presidente do CES com mandato alargado

“A lei é clara a atribuir ao Parlamento a competência para eleger o presidente do CES - e o Parlamento não deve eximir-se a cumprir a sua obrigação e competência. É muito estranho que o PS invoque o argumento de haver eleições legislativas este ano, porque o parlamento não perdeu capacidade de exercer as suas competências pela circunstância de haver eleições”. Perante a posição de Ferro Rodrigues, que defende uma solução provisória para a presidência do CES, Luís Montenegro observou que o PS “tem vindo reiteradamente assumindo que o país está suspenso até às eleições legislativas”. “Mas [tal] não colhe, não se justifica e não é argumento para uma intransigência que, no caso em concreto do CES, pode mesmo criar uma situação de bloqueio. Seria desprestigiante para o parlamento, se não assumisse o cumprimento da sua obrigação e competência só porque há um partido que, pura simplesmente, não quer colaborar. Por isso, o PSD reitera o apelo ao sentido de responsabilidade do PS para que, dentro de um prazo breve, se resolva a questão”.

O PSD está “plenamente disponível para um diálogo construtivo”. “Estamos inclusivamente disponíveis para poder dar a esta eleição [do presidente do CES] uma estabilidade mais alargada, eventualmente assumindo que a pessoa a escolher possa numa futura legislatura (após as legislativas) continuar a exercer esse cargo através de uma reeleição”.

O presidente do Grupo Parlamentar do PSD referiu a este mesmo propósito que o actual presidente cessante do CES, Silva Peneda, foi eleito para o lugar pela primeira vez no início do segundo executivo liderado por José Sócrates, que não chegou até ao fim da legislatura anterior.

Mesmo assim, no início da legislatura do Governo liderado por Pedro Passos Coelho, Silva Peneda foi reeleito para a presidência do CES. “Como o mandato de Silva Peneda não tinha chegado ao fim [no segundo Governo de Sócrates], os partidos entenderam que o doutor Silva Peneda preenchia os requisitos para continuar a exercer essa função. O PSD está disponível para dialogar com os demais partidos, em particular com o PS. Impõe-se sentido de responsabilidade e não podemos criar uma situação pouco dignificante para a Assembleia da República”.



“O PSD está mobilizado para cumprir o seu grande objectivo eleitoral mais próximo”

Luís Montenegro falava na Assembleia da República, depois de interrogado por uma jornalista sobre a posição do líder parlamentar do PS, Ferro Rodrigues, de remeter para um período posterior às eleições legislativas a escolha do candidato socialista a Belém. “Esse é um problema que está colocado no PS e eu, naturalmente, não me vou imiscuir nas matérias do PS”.

No entanto, Luís Montenegro disse que, “como espectador e agente político”, tem verificado que “nos últimos dias tem havido muita intensidade nessa discussão [das presidenciais] dentro do PS”. “Mas apenas e só nessa qualidade me posso pronunciar, até porque não é um problema que tenhamos dentro do PSD”, acrescentou.

De acordo com Luís Montenegro, “o PSD está mobilizado e motivado para cumprir o seu grande objectivo eleitoral mais próximo, que é vencer as eleições legislativas e constituir com o CDS-PP um renovar da maioria absoluta de mandatos na Assembleia da República, tendo em vista levar por diante a governação que começa cada vez mais a ilustrar bons resultados”.

“De resto, hoje mesmo pode-se verificar pelo comportamento das nossas exportações e pela forma como as nossas empresas estão a reagir às dificuldades que tiveram de enfrentar nos últimos anos”, apontou, numa alusão aos mais recentes dados do INE que indiciam um crescimento de 4,4 por cento das exportações (a par de uma queda das importações) em Fevereiro, em comparação com o período homólogo no ano anterior.

Duarte Pacheco acusa o PS de apenas se preocupar com os lugares



No debate do projecto de lei socialista sobre o modelo de designação do Governador do Banco de Portugal e dos demais membros do Conselho de Administração, Duarte Pacheco afirmou que esta iniciativa reflecte bem a forma “como o PS trata os assuntos do Estado e como muda de opinião quando se está a tratar de lugares no Estado”. “Recordemos o histórico: 21 de Fevereiro de 2000, o Eng. Guterres é o Primeiro-Ministro e o ministro das Finanças é Pina Moura - nomeiam para Governador do Banco de Portugal o ex-líder do PS, Vítor Constâncio. 11 de maio de 2006, Primeiro-Ministro Eng. Sócrates e Ministro das Finanças Teixeira dos Santos - nomeiam o ex-líder do PS Vítor Constâncio. 22 de Abril de 2010, Primeiro-Ministro Eng. Sócrates e Ministro das Finanças Teixeira dos Santos - nomeiam Carlos Costa. Em 2015 o PS já não está no Governo, logo é necessário alterar as regras pois o PS quer ter uma palavra”.

De seguida, o deputado recordou que há largos meses o Governo e a maioria apelam ao PS para entendimentos em matérias cruciais para o país como a sustentabilidade da segurança social ou os limites aos tectos da dívida, mas o PS foge aos compromissos. “Mas se há um lugar em aberto o PS já está disponível para entendimentos, para negociar e até para uma revisão constitucional se for necessário, tal é a sofreguidão do PS pelos lugares”.

Recordando que esta proposta surgiu durante as jornadas parlamentares do PS, em que nenhuma ideia para o país foi apresentada, Duarte Pacheco pediu aos socialistas que se preocupem mais com o que afecta a vida dos portugueses e que não mudem de opinião consoante estejam no Governo ou na oposição.

Madeira

PSD vai ganhar as eleições legislativas



O presidente do governo regional da Madeira acredita que o PSD vai ganhar as eleições para a Assembleia da República, apesar de ser “tão atacado” e de o PS ir à frente nas sondagens. “Eu acho que o PSD vai ganhar as eleições”, afirmou Miguel Albuquerque em entrevista à RTP Informação, na quarta-feira à noite, 8 de Abril, realçando que a campanha eleitoral ainda não começou e o PS, face a um partido que está no Governo e é tão atacado, “devia estar mais à frente”. “Sem fazer grandes artificialismos, é preciso lembrar às pessoas como é que o país estava e o trabalho que foi feito”, sublinhou o novo presidente do Governo Regional da Madeira, que toma posse no dia 20 de Abril.

Miguel Albuquerque elogiou o Governo de Pedro Passos Coelho, por ter assumido “as dores do resgate” com grande coragem, numa altura em que o país estava falido. “Eu tenho que dizer que este Governo, e em particular o primeiro-ministro, teve a coragem de aguentar o país e foi uma tarefa patriótica”, vincou.

O novo chefe do executivo regional madeirense garantiu, por outro lado, que pretende manter com o Governo da República um relacionamento institucional “correto, cordato e frontal”, independentemente da cor política do Primeiro-Ministro. “Aqui, eu não estou a representar o partido. Eu estou a representar a Madeira, os interesses da Madeira e quando estou a representar os interesses da Madeira também estou a representar os interesses nacionais”, declarou.

Miguel Albuquerque revelou, também, que após o Plano de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), a que a Madeira teve de recorrer para fazer face à dívida de 6,5 mil milhões de euros, o governo regional vai preparar uma operação de financiamento no mercado já a partir de 2016.

“Vamos entrar no mercado. Temos de ir ao mercado”, salientou, explicando que através dessa operação vai ter início a amortização da dívida, reduzindo o seu impacto no orçamento regional.

Miguel Albuquerque reconheceu que “houve um líder carismático muito forte na Madeira”, considerando, no entanto, que o exercício político, muitas vezes, distorceu a imagem da região, limitando-a a “uma série de cenas políticas” que, do seu ponto de vista, “foram prejudiciais”. “Eu costumo dizer, para trás, nem para tomar balanço. É importante tirarmos a lições da história, conhecermos a história, mas temos de olhar para a frente.

É fundamental sermos pragmáticos e irmos aos pontos essenciais. Nós precisamos agora de novos caminhos, novas políticas, novas pessoas”, afirmou.

“Muitas vezes, essa história do défice democrático também foi um expediente utilizado pela oposição, que não tinha, como continua a não ter, uma alternativa à governação do PSD”, realçou.

Na entrevista à RTP Informação, onde também se falou de rosas, uma das paixões do novo líder madeirense, Miguel Albuquerque reiterou a intenção de reduzir a carga fiscal para as famílias com menos rendimentos e a necessidade de criar um sistema fiscal mais atractivo para a região autónoma, realçando que vai apresentar um programa de governo em consonância com os compromissos assumidos perante o eleitorado, que no dia 29 de Março atribuiu a 11.ª vitória consecutiva com maioria absoluta ao PSD-Madeira.

Coesão social está em causa nos Açores

“Neste momento, tanto a coesão territorial como a coesão social estão em causa e é, por isso, que de novo renovado e indo buscar as forças, ideias e convicções à ideologia social-democrata, o PSD/Açores é chamado para resgatar os Açores (...) de vinte anos de insucesso de políticas”. O líder do PSD/Açores falava no âmbito da cerimónia de encerramento dos 40 anos do partido, que contou com a presença de Francisco Pinto Balsemão, José Matos Rosa e Mota Amaral, em Ponta Delgada, dia 9 de Abril.

“Os números não mentem. Não são números do PSD/Açores são da estatística, mas o pior não é isso. É que por detrás dos números estão pessoas, crianças que vão para a escola sem pequeno almoço”, referiu Duarte Freitas, acrescentando que na região 70 por cento dos agregados familiares vivem com menos de 500 euros mensais.

Para Duarte Freitas o poder socialista nos Açores está “esgotado e cansado”, defendendo que a região precisa de um novo ciclo governativo e um novo paradigma, já que “a solução não passa por atirar dinheiro para os problemas”. “Como é que é possível que em 20 anos de estabilidade governativa, de paz social, de enormes fluxos financeiros que vêm de Bruxelas, de Lisboa, do aumento da receita fiscal como é possível chegarmos ao fim de 20 anos e termos as maiores taxas de desemprego do país, a maior taxa de insucesso escolar do país, a maior taxa de abandono escolar do país, a maior taxa de risco de pobreza do país”, questionou.

O líder do maior partido da oposição insistiu que a prioridade dos sociais-democratas nos Açores é o social e que retirar 40 mil pessoas da pobreza “não foi mera promessa”, feita no discurso de encerramento do último congresso regional do partido em Março.

Para Duarte Freitas só mudar de governo por mudar não serve, só ganhar eleições por ganhar não deve ser o objectivo, defendendo antes que o PSD/Açores deve vencer as eleições regionais de 2016 por “ser alternativa e apresentar um novo paradigma de desenvolvimento para o arquipélago”.



Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

UMA POLÍTICA PORTUGUESA E EUROPEIA

«Quero ser europeu
Num canto qualquer de Portugal»

(Afonso Duarte)

Na sequência da mensagem dirigida ao País pelo Primeiro-Ministro, a propósito da integração de Portugal nas Comunidades Europeias, realizou-se a semana passada uma conferência de Imprensa, presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, e com a participação dos Ministros do Plano e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Trabalho e Segurança Social, em que estes membros do Governo, acompanhados pelos respectivos Secretários de Estado, expuseram perante os órgãos da Comunicação Social, dirigindo-se à opinião pública, as grandes linhas da política europeia portuguesa, nos planos económico e social, dando assim uma concreção à problemática que está na ordem do dia: a das consequências, a curto e a médio prazo, da nossa adesão à CEE e às outras Comunidades.

Pela clareza e rigor das intervenções, pela precisão das respostas às perguntas dos jornalistas, pela confiança lúcida que emanou das palavras de responsáveis cuja competência, domínio dos «dossiers» e abertura de espírito se aliam ao pragmatismo e ao realismo da acção, esta Conferência de Imprensa foi bem uma exemplificação do estilo governativo do Executivo actual, que se caracteriza pela recusa da retórica fácil e por uma opção pela linguagem da verdade, que diz mais aos Portugueses, ao cidadão comum, do que todos os belos discursos.

Como muito bem frisou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao delinear os grandes vectores da nossa política europeia, «uma política externa assente numa larga base de convergência nacional, como é a nossa, adquire naturalmente um acentuado peso e uma maior eficácia». Ele lembrou ainda, nomeadamente, que «a Europa em que Portugal aposta corporiza uma civilização, uma cultura e um modo de encarar a política que prezam acima de tudo os valores da liberdade, do respeito pelos direitos humanos e da democracia pluralista, situando-se portanto claramente no campo ocidental», pelo que «a adesão às Comunidades Europeias se articula logicamente com essa outra prioridade da política externa portuguesa que é a participação activa nas tarefas da Aliança Atlântica». E salientou que se Portugal regressa à Europa, para cuja história ao longo do século muito contribuiu, esse regresso é hoje «a uma Europa democrática, a que não poderíamos pertencer se vivéssemos sob ditadura, de direita ou de esquerda».

Afirmações necessárias e oportunas, já que as únicas reacções negativas à adesão provêm de sectores extremistas, que queriam enfeudar Portugal a um imperialismo ou a um nacionalismo igualmente totalitários, fingindo esquecer que o autêntico patriotismo, aquele que define as «pátrias europeias», como disse o Ministro dos Negócios Estrangeiros, assenta no respeito da identidade e da diversidade cultural dos povos, na sua diferença específica, que no nosso caso se manifesta antes de mais na irradiação mundial da língua portuguesa, base de relacionamento com os países que também oficialmente a falam, ao qual se abrem também novas perspectivas com a adesão de Portugal à Europa Comunitária.

Mas a Conferência de Imprensa serviu outrossim para os Ministros presentes, cada um no seu domínio próprio de competência, apresentarem documentos informativos sobre as incidências da integração europeia e responderam a questões postas pelos jornalistas sobre aspectos concretos dos efeitos dessa integração no âmbito das políticas agrícola, de trabalho e desenvolvimento regional, em particular com uma indicação e quantificação dos projectos apresentados por Portugal no quadro do FEDER. Publicamos neste número do «Povo Livre» os referidos documentos ministeriais, que permitirão aos nossos leitores fazer uma ideia objectiva do contexto em que se está a processar e vai prosseguir a actividade governamental no plano da CEE.

Tratando-se de um grande desafio nacional, para vencê-lo é necessário mobilizar a participação de todos os Portugueses: trabalhadores, empresários, agricultores, quadros técnicos e cidadãos em geral. Os sociais-democratas darão quanto a eles, o melhor do seu esforço para fazermos de Portugal um país europeu moderno.

Nas vésperas de um Conselho Nacional em que o PSD vai reflectir sobre as relações internacionais e deliberar sobre a integração dos deputados sociais democratas ao Parlamento Europeu no Grupo Parlamentar Liberal e Reformista, é importante que os nossos militantes se abram, no seu labor partidário e na sua acção a todos os níveis do Estado e da sociedade civil, aos novos horizontes que se apresentam ao nosso Partido no espaço europeu, na linha de uma visão reformista acerca das grandes questões políticas, económicas, sociais e culturais das Comunidades, ao lado das forças com que vai cooperar, em todas as suas instâncias.

Os sociais democratas portugueses, como Sá Carneiro sempre defendeu e Cavaco Silva tem acentuado, são europeus convictos, sem deixarem de ser profundamente patriotas, fiéis à vocação universalista de Portugal.

J.A.S.

PROPOSTA DO ORÇAMENTO SUPLEMENTAR REPRESENTA RIGOR E VERDADE

• O Governo prestigiou-se com atitude assumida

O «Programa Eleitoral do Governo» do PSD, anunciado em Agosto de 1985, refere:

«A estratégia de progresso controlado exige, como primeiro passo, a clarificação e arrumação das finanças públicas, nomeadamente através da elaboração de um «orçamento de verdade para o Sector Público Administrativo», o qual deverá chamar a si todos os défices ocultos e dispersos por múltiplas entidades».

Essa mesma preocupação foi de novo afirmada, com grande ênfase, no programa do Governo apresentado na Assembleia da República em 15 de Novembro.

Nesta conformidade e na prossecução da política de rigor e de verdade que está a imprimir na gestão das finanças públicas, o Governo apresentou em 12 de Dezembro à Assembleia da República uma proposta

de lei de Orçamento Suplementar em que se pretende designadamente regularizar, de uma vez por todas, despesas pagas por Governos anteriores e que não tinham sido orçamentadas, bem como satisfazer dívidas assumidas ainda não liquidadas.

Algumas forças partidárias na Assembleia da República, em finais de Novembro, denunciaram igualmente uma grande preocupação pela situação das finanças públicas e propuseram um trabalho de investigação aprofundado nessa matéria. Tal iniciativa, se bem que louvável em si mesma, aparece como uma mera repetição das preocupações do Governo.

Verifica-se agora que a urgência que essas mesmas forças partidárias reclamavam na regularização das finanças públicas não era, pelos vistos, sincera. Foi, torna-se hoje claro, uma mera operação de propagação: ontem tinham ur-

gência em fazer a ultrapassagem do Governo. Hoje querem atrasar a regularização das situações passadas que o Governo, em legítima iniciativa, pretende já desencadear!

A Comissão Permanente Nacional defende e apoia a proposta apresentada pelo Governo pelo que ela representa de rigor e de verdade orçamental.

A Comissão Permanente Nacional do PSD assinala que com a proposta do Orçamento Suplementar o Governo deu um dos primeiros e mais expressivos sinais de que está a mudar a forma de gerir os dinheiros públicos.

A Comissão Permanente Nacional do PSD lamenta que as restantes forças políticas com assento na Assembleia da República não tenham até agora encarado de forma positiva esta acção louvável do Governo e não vê razões de ordem substancial para o não acolhimento rápido da proposta.

A Comissão Permanente Nacional do PSD não vislumbra outras razões para o comportamento das restantes forças partidárias que não resultem de uma estranha má vontade contra a justa, importante e urgente tarefa empreendida pelo Governo no sentido de reconduzir o Estado à qualidade de «pessoa de bem» no cumprimento e transparência das suas obrigações.

A Comissão Permanente Nacional do PSD considera que o Governo se prestigiou e reforçou com a atitude assumida e espera que as restantes forças partidárias possam ainda reconhecer o seu mérito e acabem por aprovar a proposta de Orçamento Suplementar, porque plenamente conforme aos interesses do País.

Lisboa, 3 de Janeiro de 1986.

A COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO PSD



Realizou-se na passada semana uma importante conferência de Imprensa em que usava da palavra os ministros dos Negócios Estrangeiros, Pires de Miranda; da Agricultura, Alimentação e Pescas, Alvaro Barreto; do Trabalho e da Segurança Social, Mira Amaral; do Plano e da Ordenação do Território, Valente de Oliveira. Presentes, ainda, os secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, José Oliveira e Costa; da Integração Europeia, Vitor Martins; e do Comércio Externo, Caldeira da Silva (pág. 2 e 4)

A PLENA INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL NAS COMUNIDADES EUROPEIAS CONCRETIZA UM OBJECTIVO NACIONAL

— afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros



Uma Sociedade Inteligente

Jaime Quesado (*)

Portugal tem todas as condições para se transformar numa Sociedade Inteligente. Na sequência do novo Programa Horizonte 2020, constatação de que “a Inovação, tal como o simples acto de nadar, não se faz por decreto, mas antes indo para o terreno, aprendendo com os factos e com os resultados.” Precisamos dessa atitude em Portugal e por isso impõe-se uma cultura de mudança. Portugal deve assumir-se como um laboratório desta Nova Agenda Europeia. Em tempo de novas apostas, muito centradas no discurso nos Factores Dinâmicos de Competitividade, a Sociedade Inteligente é a resposta clara para o novo ciclo que aí vem.

Os conhecidos baixos índices de “capital estratégico” no nosso país e a ausência de mecanismos centrais de “regulação positiva” têm dificultado o processo de afirmação dos diferentes protagonistas da Sociedade Inteligente. Independentemente da riqueza do acto de afirmação individual da criatividade, numa sociedade do conhecimento, importa de forma clara “pôr em rede” os diferentes actores e dimensioná-los à escala duma participação global imperativa nos nossos tempos. Apesar dos resultados de iniciativas diversas na área da política pública, vocacionadas para posicionar o território no competitivo campeonato da inovação e conhecimento, falta uma estratégia transversal.

A consolidação do novo papel da Sociedade Inteligente entre nós passa em grande medida pela efectiva responsabilidade nesse processo dos diferentes actores envolvidos – Estado, Universidade e Empresas. No caso do Estado, no quadro do processo de reorganização em curso e de construção dum novo paradigma tendo como centro o cidadão-cliente, urge a operacionalização de uma atitude de mobilização activa e empreendedora da revolução do tecido social. A Reinvenção Estratégica do Estado terá que assentar numa base de confiança e cumplicidade estratégica entre os “actores empreendedores” que actuam do lado da oferta e os cidadãos que respondem pela procura.

Cabe naturalmente às empresas um papel claramente mobilizador na afirmação da Sociedade Inteligente em Portugal. Pelo seu papel central na criação de riqueza e na promoção de um processo permanente de reengenharia de inovação nos sistemas, processos e produtos, será sempre das empresas que deverá emergir o “capital expectável” da distinção operativa e estratégica dos que conseguirão ter resultados com valor alavancado na competitiva cadeia do mercado. Aqui a tónica tem mais do que nunca que ser pragmática, como demonstram as sucessivas acções externas realizadas recentemente. Convergência Operativa sinalizada em apostas concretas onde realmente vale a pena actuar, selecção objectiva de sectores onde há resultados concretos a trabalhar.

(*) Especialista em Estratégia, Inovação e Competitividade



Nem vai dar à costa!

Rosa Arezes (*)

Primeiro, ameaçou. Até teve uma entrada de leão no Largo do Rato, apesar de, pouco depois, o País ter visto uma saída calculista, com a declaração de que ficara tudo esclarecido: afinal, a liderança socialista estava no rumo certo, seguro era que o seu partido ainda não daria à costa. E logo tratou de anunciar a recandidatura à capital e de pedir um voto de confiança para novo mandato de quatro anos.

Verificamos, agora, que o seu compromisso de honra durou pouco, muito pouco. Acaba de renunciar a tudo o que prometera, virando as costas aos lisboetas. Porque, entretanto, descobriu, numa noite de maio de contagem de votos, que o rumo do seu partido, afinal, já não era seguro, tratando, por isso, de o afundar. E foi assim que deu à costa o desejado salvador da maioria absoluta.

Nem mais, nem menos. Aqui está António Costa, o homem que ora diz, ora desdiz, o político que tanto avança como recua e volta a avançar, o líder que promete e logo esquece. Aqui está o calculista, acusado pelos seus próprios correligionários de falta de lealdade, de oportunismo.

Pelo que se vai observando, parece que Costa é mesmo assim. Ora exalta o radicalismo do Syriza, juntando-se à bandeira do populismo fácil, ora, passadas umas semanas, desce à realidade e tenta dizer algumas palavras sensatas sobre a Europa e a situação na Grécia.

Tanto critica dia e noite a atuação do Governo na sua notável gesta para retirar Portugal da iminência da bancarrota em que nos deixou o consulado de Sócrates – de quem António Costa foi número dois –, como num ambiente reservado elogia aos chineses os progressos registados, afirmando que o País está muito diferente daquele que existia há quatro anos.

É assim o calculista, para quem tudo é admissível. Ora gere os silêncios, convencido de que o desejado poder lhe há de cair no colo sem apresentar uma única proposta, ora cultiva a pura demagogia, sempre com a promessa fácil na ponta da língua. Mas sempre sem nunca explicar onde irá buscar os recursos financeiros para tais devaneios.

É assim o líder do PS, que até aspira a ser primeiro-ministro. Limita-se a reagir à atualidade, promete a quadratura do círculo num populismo sem vergonha, critica o que o Governo liderado por Passos Coelho faz, diz frases vazias e retórica fútil, sem se comprometer com nada de relevante, e, conforme as circunstâncias, mergulha no ziguezague político.

Perante este tacticismo de avanços e recuos, não falta já quem diga que o homem está com medo da própria sombra. E já quase ninguém acha graça ao líder do PS, porque, na sua cabeça, parece não existir qualquer ideia mobilizadora para o País.

Por isso é que, entre a firmeza, a determinação, a coerência e a coragem de Passos Coelho e o calculismo, a hesitação, a demagogia e o vazio de António Costa, os Portugueses não vão ter dúvidas na hora da escolha.

Entre o regresso ao passado que nos levou quase à bancarrota e a aposta num futuro credível que nos garanta a esperança, a opção é óbvia.

Passos é movimento, acção, dinâmica, vida... (O outro senhor nem vai dar à costa!)

(*) Deputada do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



BRAGA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Braga, para reunir, no próximo dia 30 de Abril de 2015, (quinta-feira) pelas 21h00, no Auditório Casa do Tempo, sito na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 13 – Refojos – Cabeceiras de Basto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação das contas relativas ao exercício de 2014
- 2 – Aprovação do orçamento para o exercício de 2015
- 3 – Análise da situação política

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto para reunir no próximo dia 08 de Maio de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30, na sede (Quinchoso – Cabeceiras de Basto), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovação das contas 2014
- 2 - Orçamento 2015
- 3 - Outros Assuntos

GOUVEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Gouveia, para reunir no próximo dia 22 de Maio de 2015 (sexta-feira) pelas 20h00, na sede sita na Av. 1º de Maio, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleição dos órgãos da Secção
- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, na sede, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paços de Ferreira, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Abril de 2015 (sexta-feira) pelas 21h30, na sede sita na Av. dos Templários, 309 – Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações gerais
- 2 – Apresentação e ratificação das contas anuais do Partido a nível da Secção – ano de 2014, nos termos da alínea d), nº 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD e do nº 1 do artigo 20º do Regulamento Financeiro
- 3 – Apresentação e votação do Orçamento do Partido a nível da Secção – ano 2015, nos termos da alínea d), nº 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD
- 4 – Análise da situação política

RESENDE ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Resende, para reunir, no próximo dia 08 de Maio de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, no Salão Paroquial de S. Martinho de Mouros, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação do relatório e contas de 2014
- 2 – Análise da situação política actual
- 3 – Outros Assuntos.

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Verde, para reunir, no próximo dia 02 de Maio de 2015, (sábado) pelas 21h00, na sede, sita na Rua 1º de Maio, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Apresentação e aprovação do relatório de contas do ano de 2014
- 3 – Análise da situação política nacional
- 4 – Análise da situação política local
- 5 - Outros Assuntos.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real de Santo António, para reunir no próximo dia 21 de Abril de 2015 (terça-feira) pelas 21h30, na sede sita na Rua Cândido dos Reis, nº 98, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da actualidade política nacional e local
- 2 – Definição de critérios para futura escolha de candidatas autárquicas
- 3 – Outros assuntos

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real de Santo António, para reunir no próximo dia 16 de Maio de 2015 (sábado) pelas 18h00, na sede sita na Rua Cândido dos Reis, nº 98, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00



CONSELHO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital para reunir no próximo dia 2 de Maio (sábado), pelas 16 horas, na Biblioteca Municipal de Gavião, sita na Rua Dr. Dias Calazans, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os Plenários Concelhos da JSD Distrital de Portalegre para reunir nas datas, locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos Delegados ao Congresso Distrital de 23 de Maio.

ALTER DO CHÃO - 16 de Maio de 2015 (Sábado)
Das 17 horas às 19 horas
Av. Dr. João Pestana, N.º 13

CASTELO DE VIDE - 16 de Maio de 2015 (Sábado)
Das 17 horas às 19 horas
Rua de Olivença, N.º 13 – 1.º ESQ

NISA* - 16 de Maio de 2015 (Sábado)
Das 17 horas às 19 horas
Largo Heliodoro Salgado, N.º 12

PORTALEGRE - 16 de Maio de 2015 (Sábado)
Das 17h30 às 19h30
Rua dos Combatentes da Grande Guerra, N.º 17

SOUSEL - 16 de Maio de 2015 (Sábado)
Das 17 horas às 19 horas
Rua Direita, N.º 5

Nota:

a) As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do dia 13 de Maio de 2015. A entrega das listas será feita nas respectivas sedes concelhias.

b)* As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do dia 13 de Maio de 2015. A entrega das listas será feita na sede distrital do PSD.

CONSELHO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Congresso Distrital de Portalegre da JSD para reunir no próximo dia 23 de Maio de 2015, pelas 11:00 horas, no Auditório do Museu da Tapeçaria de Portalegre – Guy Fino, sito na Rua da Figueira, N.º 9, Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Abertura e Boas-vindas;
- 2 - Apresentação e discussão das Moções Sectoriais;
- 3 - Apreciação do mandato distrital 2013-2015;
- 4 - Apresentação das Moções de Estratégia Global e das Candidaturas;
- 5 - Eleição dos órgãos distritais para o mandato 2015-2017 e Aprovação da Moção de Estratégia Global;
- 6 - Votação das Moções Sectoriais e aprovação de Militantes Honorários;
- 7 - Publicitação, após apuramento, dos resultados;
- 8 - Encerramento.

Notas:

a) As listas devem ser apresentadas até às 23h59 do terceiro dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem este delegar e o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Distrital da JSD, na sede distrital do PSD, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, N.º 17, Portalegre.

b) As urnas estarão abertas entre as 15 horas e as 16 horas.

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Portalegre da JSD para reunir no próximo dia 16 de Maio de 2015, pelas 17h30, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, N.º 17, Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 17h30 e as 19h30.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD

Porto para reunir no próximo dia 22 de Abril de 2015, pelas 21 horas, na Sede do PSD/JSD de Paranhos, sita no Largo do Campo Lindo, nr. 63 – Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Informações;
- 2) Análise da situação política.

SANTARÉM

De acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da JSD Concelhia de Santarém para reunir, no próximo dia 1 de Maio de 2015, pelas 14h30, na sede Distrital do PSD de Santarém, sita na Calçada de Mem Martins, nº 10, 1º, 2001-901 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e outros assuntos;
- 2 - Análise da Situação Política actual;

REGULAMENTO DO CONGRESSO DISTRITAL DE PORTALEGRE DA JSD

Capítulo I | Do Presente Regulamento

Artigo 1.º (Objecto)

O presente regulamento visa dar cumprimento ao disposto na alínea f) do Artigo 61 dos Estatutos Nacionais da JSD, disciplinando o funcionamento do Congresso Distrital de Portalegre da JSD.

Artigo 2.º (Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

Capítulo II | Do Congresso Distrital e Seus Membros

Artigo 3.º (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

- a) A eleição da Mesa do Congresso Distrital/Mesa do Conselho Distrital, bem como da Comissão Política Distrital;
- b) A definição da política e linhas gerais de actuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

Artigo 4.º (Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto:

- a) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital;
 - b) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b) do Artigo 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Concelhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega da respectiva acta à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;
 - c) Representantes das estruturas Concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do Art.º seguinte.
- 2 - São ainda membros do Congresso Distrital, ainda que sem direito de voto:
- a) A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;
 - b) Os restantes membros da Comissão Política Distrital;
 - c) Os membros do Conselho Distrital mencionados nas als. e), f), g), h), i), e j) do Artigo 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.
- 3 – A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.
- 4 – Competirá à Mesa do Congresso Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artigo 5.º (Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto na alínea c) do n.º 1 do Art.º 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais (ou em alternativa: na alínea a) do n.º 2 do Art.º 59º dos Estatutos Nacionais da JSD), no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:
- a) As eleições dos Delegados são marcadas pelo Conselho Distrital e convocados pelo seu Presidente e presididas pelas Mesas dos Plenários Concelhios e regem-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral da JSD;
 - b) Os actos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
 - c) Até ao quinto dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Congresso Distrital a indicação do número de militantes de cada Concelhia da região;
 - d) Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas Concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI

da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada Concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD;

e) Caso alguma Concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo, serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

Artigo 6.º (Substituições)

1. Os delegados ao Congresso referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 4º do presente regulamento podem ser substituídos pelo primeiro candidato não eleito da lista em que foi eleito, ou no caso de inexistência ou impossibilidade deste, pelos suplentes da mesma lista de acordo com a respectiva ordem.
2. As substituições seguem os mesmos trâmites das inscrições e são efectuadas durante o prazo previsto para estas.
3. Os restantes delegados ao Congresso referidos no n.º 1 do artigo 4.º podem ser substituídos por membros da lista do órgão a que pertencem desde que o façam no prazo previsto para a inscrição.

Artigo 7.º (Acumulação)

1. Os militantes que forem delegados ao Congresso a mais de um título devem optar pela condição em que participam no congresso no início do mesmo.
2. A opção prevista no número anterior é definitiva.

Artigo 8.º (Redistribuição de Delegados em Falta)

1. Consideram-se delegados em falta aqueles cuja Acta de Eleição não houver sido recebida pela Mesa do Congresso Distrital até ao limite dos respectivos prazos previstos no cronograma que consta do Anexo I ao presente Regulamento.
2. Findo o prazo para entrega das Actas das Eleições, a Mesa do Congresso Distrital deverá redistribuir os delegados em falta, seguindo o método de rateio previsto neste Regulamento.
3. Nas Concelhias que receberem Delegado redistribuído, será Delegado o membro efectivo ou suplente da lista que teria sido eleito caso a eleição e respectivo apuramento houvessem sido realizados originariamente com o número total de Delegados após a redistribuição.
4. A redistribuição dos delegados prevista neste artigo será publicada no sítio oficial na internet e enviada por e-mail para a base de dados de militantes até 3 dias após o prazo para entrega das Actas das Eleições ou para realização da Inscrição dos Delegados.

Artigo 9.º (Delegação de Poderes)

1. Os Delegados representantes de Concelhias não podem delegar os seus poderes.
2. Os restantes delegados com direito a voto previstos no n.º 1 do artigo 4.º podem delegar os seus poderes de acordo com o previsto nos Estatutos Nacionais da JSD.

Artigo 10.º (Direitos dos Delegados)

- Constituem direitos dos Delegados do Congresso Distrital:
- a) Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
 - b) Apresentar moções de estratégia global nos termos do presente Regulamento;
 - c) Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
 - d) Participar nas discussões e votações;
 - e) Interpelar os órgãos distritais;
 - f) Usar do direito de resposta, quando visados;
 - g) Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta.

Artigo 11.º (Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos Delegados:

- a) Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- b) Participar nas votações;
- c) Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
- e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD.
- f) Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

Artigo 12.º

(Participantes e Observadores)

1. O Congresso Distrital, a requerimento da Comissão Política Distrital ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à Comissão Política Distrital e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do distrito.
2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.
3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

Capítulo III | Dos trabalhos

Artigo 13.º

(Local e Data)

O Congresso Distrital de Portalegre da JSD reunirá no próximo dia 23 de Maio de 2015, em Portalegre, no Auditório do Museu da Tapeçaria de Portalegre – Guy Fino, tendo início às 11 horas.

Artigo 14.º

(Quórum)

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.
2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

Artigo 15.º

(Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o presente Regulamento, rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artigo 16.º

(Ordem de trabalhos)

- Abertura e Boas-vindas;
- Apresentação e discussão das Moções Sectoriais;
- Apreciação do mandato distrital 2013-2015;
- Apresentação das Moções de Estratégia Global e das Candidaturas;
- Eleição dos órgãos distritais para o mandato 2015-2017 e Aprovação da Moção de Estratégia Global;
- Votação das Moções Sectoriais e aprovação de Militantes Honorários;
- Publicitação, após apuramento, dos resultados;
- Encerramento.

Artigo 17.º

(Uso da Palavra)

A palavra será concedida aos Delegados para os seguintes efeitos:

- a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- d) Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
- e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- f) Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;
- g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.
- i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra.
- j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artigo 18.º

(Competências do Presidente da Mesa)

Compete à Presidente da Mesa:

- a) Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
- c) Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
- d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;

f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;

h) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artigo 19.º

(Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

Compete aos Vice-Presidentes:

- a) Substituir a Presidente na sua ausência ou impedimento;
- b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artigo 20.º

(Competências dos Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários:

- a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- b) Organizar as inscrições dos Delegados ou Participantes que pretendam usar da palavra;
- c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- e) Servir de escrutinador;
- f) Elaborar as actas.

Capítulo IV | Das Moções e Candidaturas

Artigo 21.º

(Moções de Estratégia Global)

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital – e apenas estes – devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter a Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Actuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar. Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções.

3. As Moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista, lema ou localidade.

4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

Artigo 22.º

(Moções Sectoriais)

1. As Moções Sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer delegado do Congresso Distrital, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.

2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as Moções Sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

Artigo 23.º

(Apresentação e Poder de Disposição Sobre as Moções Sectoriais)

1. Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artigo 24.º

(Candidaturas aos Órgãos Distritais)

1. As listas devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital, ou a quem este delegar e o possa substituir nos termos do disposto nos Regulamentos da JSD, até às 23h59m do dia 20 de Maio, na sede distrital de Portalegre do PSD, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, N.º 17, 7300-097 Portalegre.

Artigo 25.º

(Distinções Honorárias Distritais)

1. O Congresso Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens do distrito e pela promoção dos ideais da JSD.

2. A distinção de Militante Honorário Distrital pode ser atribuída aos antigos dirigentes distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens do distrito, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.

3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da Comissão Política Distrital, da Mesa do Congresso Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias.

4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos delegados presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens do distrito, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

Capítulo V | Das Disposições Finais

Artigo 26.º

(Lacunas)

1. A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais; em segundo lugar, ao normativo do PSD; e, em terceiro lugar, à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artigo 27.º
(Entrada em vigor)

1. O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação e respectiva publicação em Povo Livre.

Aprovado pelo Conselho Distrital de Portalegre da JSD, em Fronteira, no dia 28 de Março de 2015

ANEXO I CRONOGRAMA

- 28 de Março de 2015 | Conselho Distrital
- 14 de Abril de 2015 | Envio das Convocatórias para a Eleição de Delegados ao Congresso Distrital
- 15 de Abril de 2015 | Publicação em Povo Livre das Convocatória para a Eleição de Delegados ao Congresso Distrital
- 20 de Abril de 2015 | Prazo para a CEI comunicar à Mesa do Conselho Distrital o número de militantes de cada Concelhia
- 25 de Abril de 2015 | Prazo para a Mesa Conselho Distrital comunicar ao Presidente da CEI e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada Concelhia
- 10 de Maio de 2015 | Prazo limite para entrega das listas candidatas à eleição dos Delegados ao Congresso Distrital
- 16 de Maio de 2015 | Eleição dos Delegados ao Congresso Distrital
- 18 de Maio de 2015 | Prazo para envio das actas eleitorais
- 18 de Maio de 2015 | Prazo para envio das Moções Sectoriais e das propostas de Militantes Honorários
- 19 de Maio de 2015 | Divulgação do rateio dos Delegados redistribuídos
- 20 de Maio de 2015 | Prazo para entrega das Moções de Estratégia Global e das candidaturas aos órgãos distritais
- 23 de Maio de 2015 | Congresso Distrital

